

ID: 39683170

17-01-2012

PRIMEIRO PLANO

# RENDIMENTOS NÃO DECLARADOS

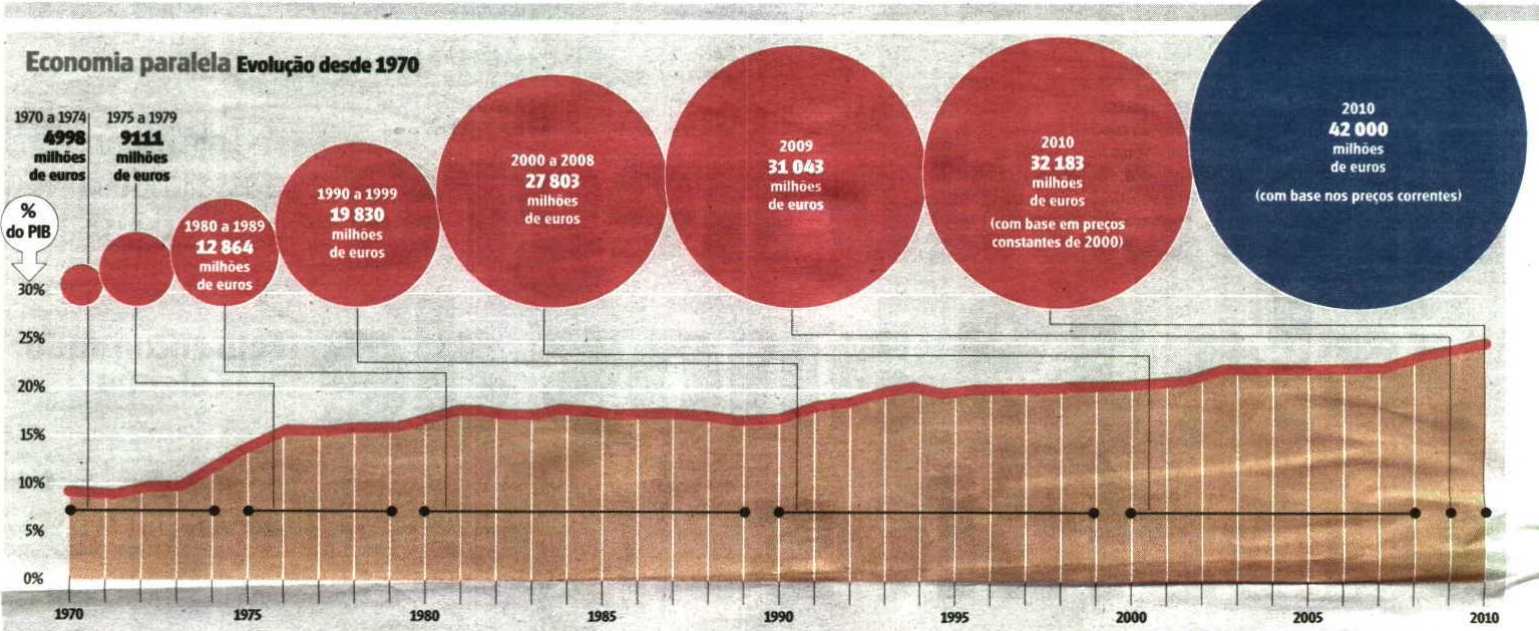


## Economia informal ronda um quarto do PIB

Em Portugal, a economia paralela vale 24,8% do PIB a preços constantes (base 2000) apurado para 2010. Usando a mesma percentagem sobre o PIB para 2011, o valor anda em torno dos 40 mil milhões.



**44**  
pontes Vasco da Gama é a quanto equivale



# Economia paralela vale 40 mil milhões

**Biscates**, contrabando de tabaco e tráfico de armas penalizam o Estado

ANA PAULA LIMA  
ana.p.lima@dinheirovivo.pt

O Estado português perdeu mais de 40 mil milhões de euros com a economia paralela, valor estimado para 2011. As medidas de austeridade, sobretudo o aumento de impostos, vão fazer com que o país assista a uma subida significativa da informalidade.

O Índice de Economia Não Registada (ENR), realizado pelo Observatório da Economia e Gestão da Fraude, mostra que em 2010 a economia paralela teve um peso de 24,8% no Produto Interno Bruto (PIB), lesando o Estado e a economia portuguesa em cerca de 32 mil milhões de euros, em 2010, com base nos dados do estudo que partem dos preços constantes apurados no ano 2000.

Mas a receita que o Estado português perdeu em 2011 devido a fenómenos como a fuga ao Fisco, o

tráfico de armas, contrabando de tabaco ou os biscates, será ainda maior, rondando os 40 mil milhões de euros, se tivermos como referência o PIB estimado para 2011 e a preços de mercado.

Entre 2009 e 2010, o peso no PIB da informalidade aumentou 2,5%, passando de 24,2%, para os 24,8%, uma tendência que se deverá agravar nos próximos anos.

“Esse crescimento não me causa grande surpresa”, refere o antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, da equipa de Sousa Franco, António Carlos Santos.

“O ambiente de crise propicia isso e o aumento dos impostos também. Até não me espantaria se esses números estivessem subavaliados”, acrescenta do ex-secretário de Estado.

O estudo, da autoria de Nuno Gonçalves e Óscar Afonso, que foi

Causas	Consequências
<p><b>1. Fiscalidade</b> O valor a pagar em impostos directos e em contribuições para a Segurança Social é a principal causa da economia paralela. Os impostos indirectos e os subsídios e prestações sociais também contribuem.</p>	<p><b>1. Concorrência</b> Distorções de concorrência entre as empresas que cumprem e as que não cumprem as suas obrigações fiscais e outras.</p>
<p><b>2. Regulação</b> O excessivo peso do Estado na economia devido aos elevados níveis de consumo que geram necessidades de financiamento.</p>	<p><b>2. Fiscalidade</b> Redução das receitas fiscais auferidas pelo Estado.</p>
<p><b>3. Mercado de trabalho</b> Alta taxa de desemprego leva as pessoas a encontrar alternativas, que passam pelo trabalho ilegal.</p>	<p><b>3. Incerteza</b> Gera um clima de incerteza na estabilização da economia, uma vez que os indicadores para o desenvolvimento económico estão mal medidos e enviesados. No limite, faz com que as decisões políticas sejam muitas vezes desajustadas da realidade.</p>

apresentado ontem na Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), conclui que a economia paralela tem crescido devido, sobretudo, ao peso dos impostos directos e indirectos e das contribuições para a Segurança Social, e mostra que o sector onde a informalidade é mais evidente é o dos serviços, atingindo uma percentagem no PIB de 17,6%. Uma realidade que não espanta a quem lida diariamente com estas questões.

O Estado para controlar este tipo de fenómenos “não pode menosprezar os chamados sectores terminais, que acabam no consumi-

O sector dos serviços é onde a informalidade é maior, com um peso de 17% no PIB

dor final”, defende o bastonário da Ordem do Técnicos Oficiais de Contas, Domingues de Azevedo. Segundo o bastonário é “nas áreas que lidam com o consumidor final, como a construção civil, vestuário e confecção, restauração e cafés” que há mais facilidade para não se pedir factura. Domingues de Azevedo acredita que a actual administração fiscal tem “mais competência para lidar com a informalidade”, mas lembra que há uma “questão pedagógica” a ter em conta. ■